

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2010

PROCESSO Nº E-12/660629/2010

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio do CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, Autarquia Estadual vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, com sede na Av. Nilo Peçanha nº 175/22º andar – Centro - Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ nº 30.121.578/0001-67, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo seu Vice-Presidente, Ordenador de Despesas, nos termos do que dispõe o artigo 15 da Lei nº 8.666, de 21.06.93, a Lei nº 10.520, de 17.07.2002, dos Decretos Estaduais nºs 31.863 e 31.864, de 16.09.02; nº 41.533, de 04.11.2008; nº 40.873, de 02.08.07; nº 41.135, de 21.01.2008; e nº 42.216, de 05/01/2010, além das demais disposições legais aplicáveis, e, em face do resultado obtido no certame acima referenciado, resolve registrar os preços ofertados pela Empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, estabelecida na Rua/Av....., nº ..., CEP, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), cargo, portador (a) da cédula de identidade R.G. nº, inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e consoante as cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente Pregão é o Registro de Preços por 12 (doze) meses, de prestação de serviços, sob demanda, de desenvolvimento de sistemas e/ou implementação e manutenção nas linguagens JAVA, PHP, ASP e/ou ASP.NET e/ou C#.NET, COBOL, DELPHI e/ou POWER BUILDER, C++, conforme o Termo de Referência (Anexo 1) e seus Apensos, para posterior atendimento aos Órgãos da Administração Pública Direta e Entidades da Administração Indireta e Fundacional – Órgãos Aderentes, situados no Estado do Rio de Janeiro.

1.2 - As quantidades mencionadas na Proposta de Preços (Anexo 2) refere-se a uma previsão de contratação dos serviços por Pontos de Função, a partir do dimensionamento do total do Projeto ou Sistema que estiver sendo desenvolvido ou executado. Essas quantidades não implicam em obrigatoriedade de contratação pela Administração Pública, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.3 – O valor do Ponto de Função será especificado para cada linguagem item, sendo que nas situações que forem demandas somente de implementação ou manutenção, será feito um desconto (recorte) no valor do ponto de função da CONTRATADA no percentual de 20% (vinte por cento).

1.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1 - Pela contratação desses serviços, serão pagos à CONTRATADA, os valores unitários e as respectivas quantidades, quando demandadas, de acordo com a Planilha abaixo:

Item	Descrição	Qtde. de Ponto de Função	Preço Unitário (R\$)
1	Desenvolvimento em JAVA	15.000	
2	Desenvolvimento em PHP	10.000	
3	Desenvolvimento em ASP e/ou ASP.NET e/ou C#.NET	15.000	
4	Desenvolvimento em COBOL	5.000	
5	Desenvolvimento em DELPHI e/ou POWER BUILDER	10.000	
6	Desenvolvimento em C++	10.000	

2.2 - Nos preços propostos serão englobadas todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

3.1 - A CONTRATADA será convocada a firmar as contratações decorrentes do Registro de Preços, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da convocação expedida pelo CONTRATANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CONTRATANTE.

3.2 - O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir de __/__/__, desde que posterior à data de publicação do seu extrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada neste item.

3.2.1 – A Ata poderá ser renovada por mais 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa - Decreto nº 42.216, de 05 de janeiro de 2010, desde que satisfeitos os demais requisitos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93.

CLÁUSULA QUARTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - A CONTRATADA terá o seu registro cancelado, pela Administração Pública, quando:

4.1.2 - Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços.

4.1.3 - Não assinar o Contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

4.1.4 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

4.1.5 - Por razões de interesse da Administração Pública, devidamente justificado.

4.1.6 - Der causa à rescisão administrativa do Contrato, por um dos motivos elencados no artigo 78 e seus incisos, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo 1º - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

Parágrafo 2º - A CONTRATADA poderá requerer a suspensão ou o cancelamento do Registro de Preços, mediante requerimento por escrito, sujeito à aprovação do Órgão Gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade temporária ou definitiva, de cumprir as exigências do Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

5.1 - O adjudicatário ou contratado inadimplente estará sujeito às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no art. 7º, da Lei n.º 10.520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.2 - Na hipótese de ser formalizado o Contrato, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo, sobre o valor da nota de empenho, ou do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação inicialmente citada.

CLÁUSULA SEXTA: DA EFICÁCIA

6.1 - O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 - Fica eleito o Foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

7.2 - Assim, por estarem as partes devidamente ajustadas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, de julho de 2010

ALEXANDRE GITAHY

Vice-Presidente / Ordenador de Despesas

Firma vencedora

Testemunha

Nome:
CPF/MF nº

Testemunha

Nome:
CPF/MF nº